

# Antigos e Modernos: o humanismo norte-europeu nas retóricas peninsulares do séc. XVI

Belmiro Fernandes Pereira

Universidade do Porto

Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra

Para os antigos gregos era evidente a exemplaridade de certas obras ou de certos autores, de Homero desde logo, quanto mais não fosse pelo seu trânsito escolar ou pela protecção de que gozavam na pólis; depois que os eruditos alexandrinos elaboraram o cânone, dos poetas épicos, líricos, iâmbicos e cómicos ou dos historiadores e oradores, ‘clássico’ tornou-se conceito corrente, embora a palavra seja latina. Com efeito, foi Aulo Gélio (*Noctes Atticae* 19.8.15) quem primeiro aplicou o termo, que designava os cidadãos da primeira classe da divisão censitária de Sérvio Túlio, aos autores merecedores de imitação, aos *classici scriptores, non proletarii*, isto é, àqueles oradores e poetas que podem fornecer a norma da correcção e elegância, os melhores, no dizer de Gélio, que saem *e cohorte antiquiore*.

Já a palavra *modernus* há-de surgir só no fim do séc. V, na transição para uma nova idade. Se *hodiernus* deriva de *hodie*, *modernus* provém de *modo*, advérbio usado para significar ‘agora, agora mesmo, recentemente’. Nos documentos mais antigos, por 495, serve apenas para traçar a fronteira do que é actual: mais do que ‘novo’, *modernus* define o que está na moda, o que *ainda* é actual, em oposição ao passado, a *antiquitas* dos *patres* ou dos *ueteres*. Cassiodoro nas *Institutiones* emprega o novo conceito de ‘moderno’ e, em carta a Símaco, manifesta ao mesmo tempo consciência de ‘novidade’ e admiração pelos antigos, *Antiquorum diligentissimus imitator, modernorum nobilissimus institutor*. É então que se forja a antinomia *antiqui/moderni*: por meados do séc. VI Roma e a cultura antiga eram já passado, um passado modelar mas separado do presente<sup>1</sup>.

Embora esta oposição comece a ser produtiva já nos tempos medievais, em sentido restrito, todavia, a Querela dos Antigos e Modernos, que há-de culminar na França dos sécs. XVII e XVIII, como escreveu Fumaroli, verdadeiramente iniciar-se-á no Renascimento, com Petrarca (1304-1374). Para contrapor ou comparar Gregos e Romanos às experiências do presente, porque o juízo que o qualificativo ‘clássico’ implica resultava

---

<sup>1</sup> Cf. *Institut.* 1.8 e *De epistulis Apostolorum* (ed. R. A. B. Mynors, Oxford, Clarendon Press, 1937, 32), vd. Hans Robert JAUSS, *La literatura como provocación*, Barcelona, Ediciones Península, 2000, e Ernst Robert CURTIUS, *Literatura europea y Edad Media Latina*, México, FCE, 1955.

desnecessário, senão incómodo, os humanistas fixaram-se na antinomia *antiqui/moderni*. A essa obliteração da categoria cunhada por Aulo Gélio não terá sido alheia a difusão das *Vidas paralelas* de Plutarco. Praticamente desconhecida durante a Idade Média, a obra do autor de Queroneia a partir da tradução do *De cohibenda ira* começa a circular entre os eruditos: Jacopo Angeli da Scarperia verte a *Vita Ciceronis* em 1401, Guarino traduz treze vidas além do *De liberis educandis*, Leonardo Bruni dá em latim o *Cicero nouus* (1415) e mais sete *Vitae*, conjunto que em 1470 há-de ser recolhido e editado por Giannantonio Campano. Ora, nas biografias de Plutarco, a relação entre Gregos e Romanos não era apresentada como sequência histórica, mas mais como confronto moral que, da educação e do carácter de cada personagem, abstraía um vasto repertório de vícios e virtudes. De tal visão sinóptica resultava, evidentemente, uma consciência de unidade do mundo greco-romano que apagava ou, pelo menos, obscurecia diferenças, tensões, fracturas. Assim, os *antiqui*, reduzidos a uma superfície tópica, se transformam no espelho onde os modernos se vêem e revêem em imagens simples ou compostas que sobrepõem contornos de tipos modelares. Ao Sócrates humanista não é estranho, portanto, o Catão plutarquiano, nem a ambos a figura de Cristo, por exemplo, nos *Silenos de Alcibiades*, um dos mais célebres ensaios dos *Adagia* erasmianos logo em 1529 traduzido para castelhano por Bernardo Pérez<sup>2</sup>.

Para os primeiros humanistas, empenhados em debelar a barbárie, o qualificativo *modernus* serve para denegrir o saber escolástico de juristas e teólogos e, como equivalente de gótico, só pode ter sentido pejorativo; mas, se os modernos são os de agora, a reflexão sobre os processos e limites da *imitatio* outros matizes e novas acepções lhe acrescentará. Não se estranha, pois, que a primeira corrente humanista a reivindicar a sua condição de facção moderna surja com a reforma da retórica levada a cabo por Pierre de la Ramée e Omer Talon, proposta que funde retórica e dialéctica separando a *elocutio* da *inuentio* e da *dispositio*, subversão do sistema que amplifica outras *novidades* trazidas pelos *neoterici* do Norte da Europa<sup>3</sup>.

A outra antinomia teremos de recorrer agora, à oposição *ueteril noui* que convoca os apodos *neoteri* e *neoterici* aplicados por Cícero aos alexandrinistas romanos. Este confronto reaparece já na história da retórica medieval, por exemplo, quando Vinsauf pretende com a sua *Poetria Nova* substituir a *Poetria Vetus* ou quando, contra a *Rhetorica Nova* e a *Rhetorica Vetus*, Boncompagno da Signa erige uma *Rhetorica Novissima*, manual que, apesar de sonoras proclamações em contrário, não ignora nem a *Ad Herennium* nem o *De inuentione*. Ora, a mesma intenção polémica, não raro reactivada pelos tópicos da *translatio imperii* e *translatio studii* ou do *taceat superata uetustas*, ressurgirá com redobrado vigor no período do Renascimento<sup>4</sup>.

A influência italiana, que marcou os começos do movimento humanista em Portugal, entrando o segundo quartel do séc. XVI perdeu importância. Com as reformas empreendidas no reinado de D. João III e a instituição de novas escolas em Braga, Guimarães, Coimbra e Évora, passaram a preponderar as concepções pedagógicas e doutrinárias do humanismo norte-europeu. As figuras mais destacadas na pedagogia dos *studia humanitatis*

<sup>2</sup> Vd. Marcel BATAILLON, *Erasmus y España*, México, FCE, 1966, *maxime* pp. 309-311 (*Érasme et l'Espagne*, 3 vols., Genève, Droz, 1991), e Desiderius ERASMUS – Bernardo PÉREZ DE CHINCHÓN, *Silenos de Alcibiades*, Valencia, Vicent García, 2002.

<sup>3</sup> Vd. Marc FUMAROLI, «Les abeilles et les araignées», in *La Querelle des Anciens et des Modernes – XVIIe-XVIIIe siècles*, Paris, Gallimard, 2001, 7-218, e Belmiro Fernandes PEREIRA, *Retórica e Eloquência em Portugal na época do Renascimento*, Coimbra, Edição do Autor, 2005, 585-727.

<sup>4</sup> O trânsito literário desta tópica é assaz conhecido: «Cessem do sábio Grego e do Troiano/ As navegações grandes que fizeram;/ Cale-se de Alexandro e de Trajano/ A fama das vitórias que tiveram; (...) Cesse tudo o que a Musa antiga canta,/ Que outro valor mais alto se levanta (cf. *Lusiadas* 1.3). Como notou Faria e Sousa, Camões pisa terreno batido por Propércio (*Elegias* 2.34. 65-66), Marcial (*De spectaculis*, Ep. 1.1) e Dante (Inf. 25), vd. *Lusiadas de Luis de Camoens* comentadas por Manuel de Faria e Sousa, Lisboa, INCM, 1972, 155-156, e PROPÉRCIO, *Elegias*, Lisboa, CEC, 2002. O passo properciano teria certamente circulação entre os humanistas, quanto mais não fosse por figurar nos *Familiarium Rerum Libri* de Petrarca (Epist. 4 do livro XXIV, vd. PETRARCA, *Opere*, vol. I, Firenze, Sansoni, 1975, 1252-1255); ao escoliasta camoniano escapou, porém, a referência mais significativa, a alusão à segunda parte de um famoso hexâmetro dactílico de Claudiano: «Te Romana salus, taceat superata uetustas» (*In Rufinum*, v. 283).

provêm então dos meios humanísticos de Paris e Lovaina; em conformidade com o erasmismo da corte, tanto Diogo de Murça, Inácio de Moraes, Clenardo, Vaseu e André de Resende, como os mestres bordaleses do Colégio das Artes estarão mais próximos das teorias retóricas de Erasmo e Melanchthon do que dos ciceronianistas italianos. A vinda de mestres flamengos e o regresso dos bolseiros régios contribuem não só para aumentar os meios de difusão da teoria oratória, como para abrir o campo à circulação das novidades da retórica humanista. As edições portuguesas de textos de Trebizonda, Erasmo, Ringelberg, Vaseu e Johann Caesarius, a leitura de obras de Latomus, Strébée ou Sturm, a circulação de manuais de Agrícola e Melanchthon acabam por modificar o ensino da retórica, alterar a relação entre as artes do discurso, interferir no modo de entender os clássicos. As edições preparadas para os alunos do Colégio das Artes, os processos inquisitoriais de 1550 confirmam as preferências dos mestres conimbricenses. Um sinal ainda mais inequívoco da repercussão que tiveram em Portugal as doutrinas retóricas de Melanchthon encontra-se em dois textos escolares que delimitam o período de maior difusão do humanismo renano-flamengo: a *Collectanea rhetorices* de João Vaseu, publicada em 1538, e a *Rhetorica* de Joachim Ringelberg, dada à estampa em 1550<sup>5</sup>.

No opúsculo impresso em Salamanca para os seus futuros alunos bracarenses, João Vaseu reflecte bem as orientações pedagógicas do meio donde provinha<sup>6</sup>. À primeira vista a *Collectanea Rhetorices* parecerá nada inovadora: resume a teoria dos *tria genera causarum*, descreve os *officia oratoris*, apresenta na *inuentio* as partes do discurso, elenca na *elocutio* os tropos e figuras. No entanto, o que sobremodo interessa a Vaseu é apresentar os *loci* que convêm a cada parte da *oratio*, aos diversos *status* e aos vários géneros oratórios; detém-se no tratamento do exórdio e sobretudo na teoria da *peroratio*, transcrevendo longamente o *De inuentione dialectica* de Rodolfo Agrícola (lib. II, cap. XVII). O autor parece respeitar a doutrina clássica dos *tria genera causarum*, mas quando passa ao desenvolvimento do assunto não deixa de referir, ainda que com reservas, uma novidade: «No género demonstrativo classificam alguns o género didascálico, designação que até agora evitei, por apenas os modernos a empregarem»<sup>7</sup>. Os inconvenientes seriam apenas de ordem pedagógica, pois logo Vaseu acrescenta que este género estará mais próximo da composição literária ou académica. Temas muito erasmianos – questões simples, o que é a virtude, o que é a justiça, e questões complexas, deve-se ou não buscar a glória, pode o cristão ou não fazer a guerra – faziam deste género o mais adequado à polémica religiosa.

Também Ringelberg, decerto por causa do peso da tradição, trata do assunto numa secção que intitula *De tribus caussarum generibus*. No entanto, ao definir o género epidíctico, considera: «Demonstratiuum genus est, quo laudamus, uituperamus, narramus aut docemus aliquid». Ringelberg transfere o *docere* para o género epidíctico que deixa assim de se circunscrever à *laus et uituperatio*<sup>8</sup>. Ao discurso demonstrativo concede por isso maior atenção, tornando-se agora clara a dívida para com Melanchthon: «o género dialéctico é aquele que mostra a essência de qualquer tema, simples ou complexo. Também se chama didáctico ou metódico, quando se discursa acerca do mundo, de Deus e do homem, ou quando se procura saber se é a prudência uma virtude»<sup>9</sup>.

Na verdade, se, inicialmente, Melanchthon tinha proposto o *genus didaktikon* como subgénero do demonstrativo, depois procedera à sua autonomização como *genus dialecticum*, quarto género a que, por fim,

<sup>5</sup> Vd. Belmiro Fernandes PEREIRA, «A edição conimbricense da Rhetorica de Joachim Ringelberg», *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, 1 (2004), 201-213.

<sup>6</sup> Vaseu ensinou em Portugal de 1538 a 1550, primeiro em Braga e depois em Évora.

<sup>7</sup> Cf. *Collectanea rhetorices*, fol. 37v-38v: «De genere Didascalico. Genere demonstratiuum addunt genus Didascalicum, quod nomen, quia neoterici tantum posuerunt, superius silentio praeteriui».

<sup>8</sup> Vd. Francis GOYET, «La métamorphose du docere chez Agricola et Mélancthon», *Rhetoric, Rétoriciens, Rederijckers* (ed. J. Koopmans), Amsterdam, North-Holland Publishers, 1995, 53-65.

<sup>9</sup> «Dialecticum est, quod cuiuscumque thematis, aut simplicis, aut compositi, naturam demonstrat. Idem et didacticon, et methodicon appellatur, ut cum sermo est de mundo, de deo, de homine, aut cum inquirimus an Prudentia uirtus sit» (*Rhetorica*, 6-7).

chamará *genus didascalicum*, nele englobando o sermão (*Elementa rhetorices*, 1531)<sup>10</sup>. Que tal género convém à pregação evangélica provam-no os exemplos aduzidos por Melanchthon: como temas próprios do discurso didascálico aponta a penitência e a fé. Na mesma linha de reaproveitamento da tradição medieval, no livro II Melanchthon divide a *elocutio* em três partes, *de figuris, de tropis et schematibus, allegoria*; a novidade, que vai ter consequências na retórica sacra e na pregação, reside nesta última secção que não é mais do que uma breve *tractatio* dos quatro sentidos da Escritura. As propostas de Melanchthon rapidamente se difundiram. Embora alguns reprovem a derrogação da classificação aristotélica, outros, como Latomus, Vaseu, Ringelberg ou García Matamoros, não deixam de a aceitar<sup>11</sup>. Ora, no período de 1538 a 1555, era com mestres que conheciam estas doutrinas, e pelos seus manuais, que os estudantes portugueses aprendiam a arte retórica.

Também a retórica sagrada não ignorou as teorias de Melanchthon. Acolhidas já no *De sacris concionibus recte formandis* de Alfonso de Zorrilla (Roma, 1543), reaparecerão nos *Ecclesiasticae Rhetoricae libri sex* de Frei Luís de Granada<sup>12</sup>. No livro IV, quando procede à reestruturação dos géneros oratórios, o mestre dominicano acrescenta o *genus didascalicum* à tripartição antiga. Em cinco capítulos, Granada trata dos discursos suasório e dissuasório, formas clássicas do deliberativo que se adequam perfeitamente à pregação moral desejada pelo Concílio<sup>13</sup>; apresenta a *laus*, modo do género demonstrativo distinto, pelo seu escopo e finalidade, do encómio clássico; ocupa-se da *enarratio*, isto é, da homilia desenvolvida pela *expositio*, paráfrase ou glosa do texto, e pela *explanatio*, esclarecimento dos sentidos da Escritura; expõe, por fim, o modo misto. Mas Luís de Granada não se fica por aqui, aos modos referidos acrescenta no cap. VI o *De genere concionis Didascalico*<sup>14</sup>. Note-se a mudança: a este tipo de discurso chama agora *genus* e não *modus*, quer isto dizer, com Melanchthon Granada considera o *didaskálikon* ao nível do deliberativo, do demonstrativo e da homilia. A sobrevivência das doutrinas do humanismo norte-europeu é patente na obra de Granada; apesar disso, nos conventos portugueses, a sua retórica, no ensino teórico e prático da eloquência sagrada, continuará a desempenhar papel de primeira importância<sup>15</sup>.

A ideia da inadequação pedagógica dos tratados dos antigos tinha-se tornado, ao longo do séc. XVI, tópico frequente na pena dos mestres de retórica e dos humanistas em geral. Em 1511, na carta nuncupatória da edição complutense de Trebizonda, Hernando Alonso de Herrera, para valorizar o manual do imigrado bizantino, frisa que é menos farragoso que Quintiliano e mais explícito do que Cícero<sup>16</sup>. Quatro anos depois, opondo ao

<sup>10</sup> Vd. Joachim KNAPE, *Philipp Melanchthons Rhetorik*, Tübingen, Max Niemeyer Verlag, 1993, 123.

<sup>11</sup> Vd. Cesare VASOLI, *La dialettica e la retorica dell'Umanesimo*, Milano, Feltrinelli, 1968, 278-309, O. MILLET, *Calvin et la dynamique de la parole*, Paris, H. Champion, 1992, 113-151, Belmiro Fernandes PEREIRA, «António Pinheiro y sus In tertium M. Fabii Quintiliani librum Commentariis», in *Quintiliano: Historia y actualidad de la retórica* (ed. Tomás Albaladejo), Logroño, Instituto de Estudios Riojanos, 1998, vol. III, 1241-1252, e Guillermo GALÁN VIOQUE, «Los tratados de retórica de Felipe Melanchthon», *Primer encuentro interdisciplinar sobre retórica, texto y comunicación* (ed. Antonio Ruiz Castellano), Cádiz, Universidad de Cádiz, Servicio de Publicaciones, 1994, 210-215.

<sup>12</sup> Vd. John O'MALLEY, «Content and Rhetorical Forms in Sixteenth-Century Treatises on Preaching», *Renaissance Eloquence* (ed. James Murphy), Berkeley, University of California Press, 1983, 238-252, Manuel LÓPEZ MUÑOZ, «Fray Luis de Granada y los géneros retóricos», *Humanismo y pervivencia del mundo clásico* (ed. José María Maestre Maestre), Cádiz, Universidad de Cádiz, 1993, 591-599, José GONZÁLEZ VÁZQUEZ e Manuel LÓPEZ MUÑOZ, «Pervivencia de la teoría retórica clásica en algunas retóricas eclesiásticas españolas del siglo XVI», *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI* (ed. Eustaquio Sánchez Salor), Cáceres, Universidad de Extremadura, 1996, 291-298, Manuel LÓPEZ MUÑOZ, *Fray Luis de Granada y la Retórica*, Almería, Universidad de Almería, 2000.

<sup>13</sup> O decreto de 17.6.1546 recupera os exactos termos da regra franciscana, vd. Frederick MCGINNESS, *Rhetoric and Counter-Reformation Rome: Sacred Oratory and the Construction of the Catholic World View, 1563-1621*, Ph.D. diss., Berkeley, University of California, 1982, 164.

<sup>14</sup> Cf. *Ecclesiasticae rhetoricae libri sex*, Lisboa, António Ribeiro, 1576, pp. 186-187.

<sup>15</sup> Vd. Aníbal Pinto de CASTRO, *Retórica e teorização literária em Portugal*, Coimbra, Centro de Estudos Românicos, 1973, 53-56.

<sup>16</sup> «Nam Quintiliani Institutiones, tum prolixissimae sunt, tum opinionum superuacuarum referretissimae, quas non est necesse nouiciis huius artis ingerere. (...) Noster autem Trapezuntius inter Quintiliani fastidiendam prolixitatem et Ciceronis concisam breuitatem medius incedit» (fol A2r<sup>o</sup>).

cretense a sua condição de mero compilador, Nebrija ao mesmo tempo que promete a máxima fidelidade às doutrinas dos antigos não deixa de anotar que talvez faça falta um *opus introductorium* para aqueles que se iniciam em matéria tão difícil<sup>17</sup>. Antecipando a iconoclastia ramista, no *De tradendis disciplinis* (Antuérpia, Michael Hillenius, 1531), ao elencar as fontes clássicas do saber retórico, Vives observa que toda essa tratadística, sem excepção, segue orientações confusas, desordenadas ou impraticáveis<sup>18</sup>. Este tipo de reflexões motivou intensa produção retórica a partir do segundo quartel de Quinhentos, sobretudo na área de influência do humanismo renano-flamengo; a edição da *Rhetorica* de Ringelberg feita em Coimbra no mesmo ano em que são processados os bordaleses ainda pertence a este contexto. Mas em certos meios o ramismo prolongou a tendência. Na epístola que antecede o *De arte dicendi*, dirigindo-se aos seus alunos de retórica, Francisco Sánchez de las Brozas declara ter composto obra nova a partir de Cícero, Quintiliano, Hermógenes e Aristóteles, porque as *Partitiones* são demasiado breves, as restantes obras de Cícero e a *Institutio* assaz prolixas e a *Ad Herennium* nem sempre de aceitar: «Et ut rectius instituti mei constet ratio, non compendium scribo, sed artem»<sup>19</sup>.

A mesma necessidade de um texto que introduzisse os alunos ao estudo da arte oratória foi sentida pelos mestres da Companhia de Jesus. Diferente, muito diferente, foi, no entanto, o critério seguido: em vez das novidades dos modernos ou de opiniões extravagantes, as doutrinas mais aceites entre os antigos; em vez de uma arte, um compêndio, ou melhor, uma antologia metódica.

A formação recebida em Alcalá e Santa Bárbara, a desconfiança em relação aos neotéricos do Norte – que a iconoclastia ramista reforçará – contribuíram por certo para confirmar os primeiros jesuítas na necessidade de reconhecer o valor das letras humanas. As Constituições, a experiência pedagógica, a elaboração da *Ratio studiorum* vêm a legitimar a cultura pagã, os *spolia Aegyptii*, erigindo sobre o *nihil mutare sine ratione* a ortodoxia estética que acabará por integrar definitivamente a *cativa estrangeira*. Por isso, às novidades de pendor rigorista ou beletrístico, preferem a retórica aristotélico-ciceroniana: a neutralidade moral da arte convinha à retórica militante que não hesitava em tomar as armas do inimigo, como na história de Judite e Holofernes. Santo Inácio aprova um cânone de autores inteiramente pagão e deste ponto de vista está nos antípodas dos que se compraziam em glosar a I *Carta aos Coríntios*. A velha incomodidade com o poder deceptivo da palavra, que no séc. XVI percorre tanto a parenética católica como a protestante, reviverá nalgumas retóricas borromeanas<sup>20</sup>. Aos jesuítas, educados na atenção ao *kairós* – recorde-se o *noster modus procedendi*, interessaria mais o discurso do Areópago (*Actos*, 17). As velhas questões de Tertuliano (*De Praescriptione Haereticorum*, 7.9) tinham sido relançadas: importava perceber quanto Atenas podia servir para salvar Jerusalém<sup>21</sup>. Os jesuítas, no plano da pedagogia retórica, responderam fixando os textos antigos como únicos e exclusivos recursos escolares: no

<sup>17</sup> «Sed cum sint huius artis libri complures a clarissimis autoribus graecis et latinis editi, eoque res deducta sit, ut nihil addi posse uideatur, nescio quo tamen modo aliquid desideratur ad huc, quod sit adeuntibus rem tam arduam quasi opus introductorium», vd. *prologus da Artis Rhetoricae compendiosa coaptatio ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano, Antonio Nebrissensi concinnatore*, Alcalá, Arnao Guillen de Brocar, 1515.

<sup>18</sup> À crítica sistemática de Luís Vives, no cap. de *corrupta rhetorica* do livro IV, não escapam as doutrinas mais características dos três maiores retores antigos, sejam as concepções de eloquência e de orador, sejam as partes da arte ou a questão dos géneros oratórios; usamos a edição de 1532 que, sob a cota M. 6. 27, se encontra na Biblioteca Pública Municipal do Porto; na Academia das Ciências há um ex. que foi de Gaspar Barreiros (E. 710. 21); na edição de G. Mayans y Siscar, vd. livro IV, cap. II, pp. 157 sqq..

<sup>19</sup> Vd. César CHAPARRO GÓMEZ, «Génesis y desarrollo de la retórica del Brocense», *La recepción de las artes clásicas en el siglo XVI* (ed. Eustaquio Sánchez Salor), Cáceres, Universidad de Extremadura, 1996, 189-203.

<sup>20</sup> Vd. 1 Cor. 2, 1-5: «Et ego, cum venissem ad vos, fratres, veni non in sublimitate sermonis, aut sapientiae, annuntians vobis testimonium Christi (...) et sermo meus, et praedicatio mea non in persuasibilibus humanae sapientiae verbis, sed in ostensione spiritus et virtutis».

<sup>21</sup> Vd. James O'MALLEY, *Four Cultures of the West*, Cambridge (Mass.), Harvard University Press, 2004.

Colégio Real de Coimbra as artes *modernas* de Vaseu e Ringelberg deviam, pois, ser substituídas pela selecta de retores clássicos coligida pelo P. Cipriano Soares<sup>22</sup>.

Tão aguardado compêndio saiu finalmente a lume em 1562 sob o título *De arte rhetorica libri tres ex Aristotele, Cicerone et Quintiliano praecipue deprompti*. Com a edição revista pelo P. Perpinhão, que lhe dá estatuto de texto quase oficial, começa a extraordinária fortuna desta obra a que a *Ratio* de 1599 assegurará propagação universal.

No prefácio ao leitor Cipriano Soares aponta a razão que o levou a redigir o seu manual: não haver qualquer livro dos autores antigos que abra as portas da eloquência aos mais jovens; não convêm as *Institutiones Oratoriae* porque muito longas e por vezes obscuras, as *Partitiones Oratoriae* devido à sua extrema concisão e brevidade, o *Orator* porque omite matérias importantes para principiantes, o *De oratore* porque as passa ligeiramente, o *De inuentione* porque não se ocupa da disposição e da elocução, nem das fontes da *inuentio* indicadas por Aristóteles, a *Ad Herennium* por apresentar, em relação aos *status* e à *elocutio*, doutrinas estranhas a Cícero e Quintiliano, os *Topica* visto exigirem conhecimentos de Direito<sup>23</sup>. O ciceronianismo do P. Cipriano revela-se na economia do compêndio: à *inuentio* e à *elocutio* procura dar peso aproximado e na exposição das doutrinas estilísticas, mesmo quando se refere ao uso de *uerbis inusitatis* ou de *uerbis nouis* (livro III, caps. 6-7), questão sensível no debate da *Tulliana imitatio*, mantém-se fiel às prescrições do *De oratore* e à prática ciceroniana, descurando os excessos dos ciceronianistas exclusivistas.

Seguindo a mesma orientação, mas com outro fôlego, pois não se limita a seleccionar e ordenar textos de retores clássicos, se apresenta o *De eloquentia* de Tomé Correia, texto interessantíssimo que espelha a evolução dos estudos retóricos ao longo de todo o século. Publicada em Bolonha em 1591, *apud Alexandrum Benatum*, esta obra monumental, o mais completo tratado de retórica composto por um humanista português, merece lugar à parte, também no que respeita à querela dos antigos e dos modernos<sup>24</sup>.

Logo na carta nuncupatória, Correia apresenta a concepção que preside a todo o tratado, uma visão holística das artes, assente na ideia ciceroniana do parentesco que vincula os vários ramos do saber<sup>25</sup>. A fidelidade aos *antiqui*, no entanto, não ilude a principal diferença que separa o presente do passado, a fé cristã. Se é a pregação a única forma actual de *oratio popularis*, a preocupação maior de retores e pregadores residirá ainda no *dissidium linguae et cordis*, uma vez que ninguém pode acreditar, esperar e amar aquilo que não conhecer. Outra ideia

<sup>22</sup> Vd. *Monumenta Paedagogica Societatis Iesu*, Roma, Institutum Historicum Societatis Iesu, 1965-1986, vol. III, 56-59.

<sup>23</sup> «Quid enim discipulis ad haec studia ingredientibus explicarent? Quintilianiani libros? Sunt illi quidem, ut dixi, summa diligentia, singulari iudicio, summa eruditione conscripti; at ita sunt longi, sic nonnunquam obscuri, ut maius otium et acrius iudicium desiderent. Partitiones oratorias? At ita sunt breues et concisae, ut multas et magnificas eloquentiae opes constructas et reconditas nimis anguste coarctent. Libros de Oratore ad Quintum Fratrem? At in dialogo sunt scripti. Praecipuas autem in illis partes habent L. Crassus et M. Antonius (...) qui minora illa, sed discentibus in primis necessaria celeriter transigunt. (...) Duos de Inuentione libros puero sibi inchoatos et rudes Cicero excidisse affirmat, propterea quod nec orationis expoliendae et conformandae rationem docent, nec inueniendi fontes ab Aristotele demonstratos aperiunt. (...) Libri uero ad Herennium, a quocunque illi sint scripti, similem inueniendi uiam demonstrant, et quaedam de statu, multa de uerborum et sententiarum continent ornamentis diuersa ab his, quae Cicero et Quintilianus eisdem de rebus tradiderunt. Topicorum liber (...) exempla habet ex intima iuris scientia desumpta, quae usque eo sunt difficilia, ut sua obscuritate multos ab eius libri lectione reiiciant. In Oratore (...) Cicero disertissime exponit, sed cum ad Brutum scriberet, uulgaria praecepta permulta, quae discendi studiosis uehementer conducunt, breuiter percurrit uel pene praeterit».

<sup>24</sup> Desta edição dos *Thomae Corraeae De eloquentia libri quinque* há exemplares em bibliotecas italianas e espanholas: Bibl. Alessandrina, O-g-37, Bibl. Nacional de Madrid, R/26413 (1), Bibl. da Fac. de Teologia de Granada, A-C 78t-1591, e Bibl. Fernando de Loazes (Orihuela), 8562.

<sup>25</sup> «Est oratori finitimus poeta: artes, quae ad humanitatem informant, habent commune uinculum et cognatione quasi quadam continentur; poetica uero et oratoria facultas ita sunt inter se connexae, ut noniniuria ille intelligendi et dicendi magnus artifex scriptum fecerit unam eandemque esse artem, licet sententiae explicandae modus sit diuersus aut soluta, aut numeris astricta oratione».

define o escopo do tratado, a sua eficácia pedagógica: enquanto manual de *arte* retórica, *ad usum dicendi*, o texto preceptivo dirige-se antes de mais à aquisição de proficiência na aplicação dos preceitos.

Se, como pretende Cícero, *poetae finitimi sunt oratoribus*, é a mesma *facultas*, a *benedicendi uis*, que aproxima os homens da divindade e os separa dos restantes animais. Com acentos salustianos, que retomam a tópica habitual no primeiro humanismo, Correia reconduz a *laus* da eloquência aos termos platonizantes que são do seu agrado: essa *benedicendi uis* é dom divino, *rationis nuntius et interpres*. Não se define a retórica à maneira de Quintiliano como *ars bene dicendi*, mas sim como doutrina e exercitação que aperfeiçoa a *facultas*, a *uis bene dicendi*; mantém-se o nosso retor estritamente ciceroniano e aristotélico neste ponto, o *bene dicere* é função da arte mas não o seu fim. Se ninguém confia os seus campos a feitor incapaz, o património a procurador incompetente ou a construção da sua casa a alguém que de todo ignora os princípios da arquitectura, melhor será cingir-se o autor à segurança do saber dos antigos e ao *usus* dos clássicos. Não se procurem aqui, portanto, coisas novas, *noua et admirabilia*, mas a utilidade, porque a preocupação primeira será a de tudo ordenar metodicamente, para que a aprendizagem da arte se realize na oratória<sup>26</sup>. É à luz desse cuidado com o proveito dos alunos e leitores que se justificam quer a conformação com a teoria antiga, quer o ciceronianismo do humanista: «Não me vou afastar do caminho trilhado pelo excelente orador que foi Marco Túlio, antes o vou pôr a ele, ao retor e orador perfeito, diante dos olhos para que o possamos imitar»<sup>27</sup>.

Assim, adoptando a clássica divisão da arte retórica em cinco partes, de cada uma delas retira Tomé Correia a *uis* e *natura* para depois de forma mais estendida explanar o seu *usus*. Já por aqui se entrevê como a proclamada conformidade com a teoria dos antigos e a prática ciceroniana de forma alguma impedirá reverberações dos debates retóricos contemporâneos. Ao Livro I dedica Correia 94 páginas, porque é sobretudo aí que são tratadas as questões gerais referidas; no Livro II (174 pp.) ocupa-se da *inuentio*; no Livro III (82 pp.) expõe a *dispositio*; à *elocutio* consagra o Livro IV (217 pp.); finalmente, a *memoria* e a *pronuntiatio* apresenta-as de forma breve no último livro (17 pp.). Deste modo se manifesta domínio claro da *elocutio*, interesse moderado pela *inuentio* e alguma atenção à *dispositio*, um esquema comum contrário quer à redução ramista da arte à *elocutio*, quer à hipertrofia da invenção característica dos humanistas do Norte.

Onde o debate, suscitado pelas doutrinas ramistas, mais se acendia era na questão das partes da arte, assunto tratado nos caps. V a VII do livro I<sup>28</sup>. Seguindo Cícero e Quintiliano, refuta Correia a teoria dos autores antigos que consideravam uma sexta parte, o *iudicium*. O facto de o *delectus rerum* depender do *iudicium* não obriga a que se considere este uma parte da eloquência, pois indispensáveis ao orador são também a gramática, a dialéctica ou a filosofia e nem por isso se englobam na retórica. Na verdade, nem a *inuentio* e a *dispositio*, nem a *memoria* e a *pronuntiatio* são apanágio da retórica, também aquelas dizem respeito à dialéctica e estas ao direito e ao teatro. Por isso não devem ser consideradas espécies ou formas, nem partes em sentido estrito, convirá antes vê-las como *facultates* que produzem a *bene dicendi uis*, membros organicamente associados que não têm autonomia nem valor retórico por si mesmos. Em rigor só a *elocutio* poderia ser entendida como parte da eloquência, pois é a única que compete exclusivamente ao orador, «uidetur enim sola Elocutio pars esse uera Eloquentiae». Neste ponto há sem dúvida vestígios de ramismo: o nosso retor admite as cinco partes da arte mas considera a *elocutio* a operação mais própria da retórica. Das restantes *facultates*, embora seja diferente a sua finalidade conforme a arte que as utiliza, como todas dizem respeito à persuasão, todas podem e devem

<sup>26</sup> «(...) in unum omnia redigerem ordinem et modum accommodate magis ad nostri temporis consuetudinem, quam ad ueteris usum fori, siue ad utrumque» (*De eloquentia libri quinque*, Bolonha, apud Alexandrum Benatium, 1951, 10-11).

<sup>27</sup> «Nec uero ab excellentis oratoris M. Tullii uestigijs discedam; sed eum et artificem et arte perfectum oratorem, quem imitari possimus, ponam ante oculos (...)» (*De eloquentia*, 13).

<sup>28</sup> Vd. *De eloquentia*, 42-58.

ser consideradas auxiliares do orador, «necesse est eas eloquentiae partes esse». Desta forma subtil refuta Tomé Correia o ramismo distinguindo *facultates* e *partes*; no entanto, apesar das proclamações em contrário, não deixa de reconhecer implicitamente algum fundamento a certos aspectos da teoria de Ramée-Talon<sup>29</sup>. A referência ao ramismo torna-se explícita na *retractatio* do cap. VII, *An sint pauciores Eloquentiae partes*: «Embora todos reconheçamos que é dever do orador encontrar, dispor e expressar com elegância os pensamentos, conservá-los na memória e saber pronunciá-los, certos neotéricos julgam, todavia, que apenas a elocução pertence ao orador; no erro deles incorri eu algum tempo, levado mais pela novidade da teoria do que pelo facto de assim pensar»<sup>30</sup>.

Logo a alusão a Pierre de la Ramée se torna manifesta nas referências aos ataques dirigidos pelo humanista francês aos três mestres da retórica clássica. Referindo-se mais às *Brutinae quaestiones in Oratorem Ciceronis* (Paris, 1547) e às *Rhetoricae Distinctiones in Quintilianum* (Paris, 1549) do que às polémicas em que Ramée se envolveu com António de Gouveia, Tomé Correia conclui que maior crédito se deve dar aos sábios do que aos correctores dos sábios, recordando, numa curiosa inversão do argumento de autoridade, a advertência de Sócrates a Fedro de que se não deve rejeitar sem mais o que os sábios disseram mas sim considerar se é útil a sua doutrina<sup>31</sup>. A caracterização da doutrina ramista é exacta, «estes novos Mestres subtraem a invenção e a disposição à eloquência e transferem-nas inteiramente para a dialéctica»<sup>32</sup>. Corrigido o desvio ramista, Correia afina pelo modelo aristotélico-ciceroniano, não se estranhando, assim, que menos vezes solicite a autoridade de Quintiliano e que não raro a conteste.

Serve, pois, a doutrina do Estagirita, juntamente com a distinção feita por Galeno entre *télos* e *skópos*, fim e propósito, para Correia rejeitar o fim que os ramistas coerentemente atribuíam à eloquência. Não só a sua finalidade não é *bene dicere* mas *persuadere*, como importaria distinguir a persuasão retórica da persuasão científica, a *oratio* popular que se dirige à *opinio* e à *fides* da *oratio* subtil e rigorosa que procura a verdade, a *scientia*<sup>33</sup>. Nas *artes nunquam fallentes*, a arquitectura, a tecelagem, a construção naval, etc., o seu *opus* confunde-se com o seu fim. Nas *artes coniecturales*, a medicina, a navegação, a arte militar, a agricultura, a retórica, não é assim, porque intervêm factores imponderáveis, sobrevêm o *casus*, os *fortuita*, quer dizer, se nas artes perfeitas o resultado depende do *artifex*, nas artes conjecturais é condicionado por contingências que o *artifex* não domina, por isso a retórica, com a medicina, no dizer de Galeno, não têm um fim, mas sim um propósito. Portanto, se nem sequer se pode considerar a persuasão o *télos* da eloquência, mas mais modestamente apenas o seu escopo, não compete ao orador o *genus didaskalikón*, mas sim os *genera causarum* da tradição, isto é, fazendo uso da *prudentia*, cabe-lhe adequar-se aos ouvintes e tudo exprimir «explanatius et uberius et ad communem hominum sensum accomodatius». Parece, pois, legítimo supor que já ao tratar do *eloquentiae finis*, embora de forma menos explícita que no caso anterior, Correia estaria a condenar outra das *novidades* da retórica quincentista, o género *didaskalikón* ou *didaktikón* introduzido por Melanchthon.

No tempo dos Muret e Manuzio, depois da lição erasmiana, o ciceronianismo estrito tinha simplesmente desaparecido; como outros ciceronianistas moderados, Correia recorre à autoridade do próprio Cícero para

<sup>29</sup> «Sed certe iniuria hoc homines imperiti dicitant, qui patriis auitisque bonis oratorem spoliare conantur. Nam eloquentiae partes esse omnes has quinque antiquorum negavit nemo; quod ita probari poterit» (*De eloquentia*, 45).

<sup>30</sup> «Cum inter omnes constet oratoris esse inuenire, disponere, eloqui, memoria amplecti et pronunciare, quidam tamen noui Rhetores solam Elocutionem putant esse oratoris, quorum in errore ego aliquando fui nouitate rei captus potius, quam quod ita iudicarem» (*De eloquentia*, 51).

<sup>31</sup> «Hi igitur principibus (...) disciplinarum parentibus aduersantur, ut suum uenditent ingenium imperitis (...). Nam isti scriptorum ueterum correctores solam Elocutionem et pronunciationem esse oratoris uociferantur, aut omnino solam Elocutionem. Sed maior sane sapientibus uiris artium omnium diligentibus magistris, quam iis sapientum emendatoribus est fides habenda» (*De eloquentia*, 51).

<sup>32</sup> «Hi igitur noui Magistri Inuentionem et Dispositionem adimunt eloquentiae et ad Dialecticam totas deferunt» (*De eloquentia*, 51).

<sup>33</sup> Vd. cap. VIII, *Qui sit Eloquentiae finis* (*De eloquentia*, 58-64).

rejeitar a prática de Longueil ou o projecto de Nizolio. Para o humanista português é clara a noção de que a língua evolui como um organismo vivo que muda conforme as necessidades. Por isso, nomes não latinos podem ser empregues desde que se lhes dê forma latina como fazia César com os nomes gauleses. Socorrendo-se da *Arte Poética* de Horácio, Correia esclarece a ideia: «Tal como nas árvores caem as folhas velhas e nascem folhas novas, assim na prática linguística as palavras gastas são abolidas e surgem outras novas e recentes; deste modo se altera a linguagem em cada época»<sup>34</sup>. No entanto, no livro IV, ao tratar da *elocutio*, voltando à questão da cunhagem de palavras novas, apoiado nos preceitos de Aristóteles, Cícero e Horácio, Correia acrescentará: «para designar coisas desconhecidas dos antigos é legítimo forjar novas palavras, mas que tal não suceda por pobreza ou ignorância do vocabulário latino»<sup>35</sup>. Mais severo se mostra o nosso humanista em relação aos *uerba inusitata*; citando Gélio e Cícero recomenda ao orador que evite palavras desusadas pois estas apenas contribuem para trazer obscuridade ao discurso; quem, por exemplo, abusar de vocabulário colhido no *De re rustica* de Catão o máximo que conseguirá é provocar o riso. É que se o orador pretende não ser compreendido mais facilmente o alcança calando-se; por isso, conclui Correia: «Relinquamus igitur ingeniosis haec oracula et usitatis utamur»<sup>36</sup>. Quem visava Tomé Correia com estes ditos não isentos de ironia? Quem seriam esses *ingeniosi*? Obviamente os imitadores de Tácito que então apresentavam o laconismo como alternativa ao *Tullianus stilus*, mas sobretudo Justo Lúpsio, o humanista flamengo que no último quartel do século pontificava entre os anticiceronianos.

No brevíssimo livro V trata Tomé Correia a *memoria* e a *pronuntiatio*. A *ars memoriae* medieval, que deu origem a abundante tratadística, sofrera um golpe mortal com a invenção da imprensa; o estatuto da *memoria* na arte retórica – que sempre fora precário – mais frágil se tornara devido à influência do humanismo do Norte. Erasmo não aprecia os que buscam ansiosamente novas mnemotécnicas; Vives retira a memória artificiosa do campo retórico, considerando-a matéria da competência da metafísica e das ciências médicas, embora lhe reconheça certo valor, enquanto técnica auxiliar da memória natural; Pierre de la Ramée e Omer Talon eliminam-na da arte retórica, exclusão que vingará ainda nos tratados de Vóssio e Domingos de Colónia. Tomé Correia mantém-se fiel ao modelo antigo, embora tenha clara consciência destes desenvolvimentos, da actual inadequação das artes memorativas e, mais ainda, do carácter forâneo desta *facultas* da eloquência<sup>37</sup>.

Em contraste com as propostas parcelares ou restritivas dos *modernos*, apresenta-se, pois, no ensino dos jesuítas ou na *eloquentia* de Tomé Correia, uma retórica integral que, fiel à concepção aristotélico-ciceroniana, reforça a ligação da arte oratória às demais disciplinas dos *studia humanitatis*, valorizando a *elocutio* e o ornato, mas também a *inuentio* e a tópica, quer dizer, a *argumentatio*, de modo a juntar à *copia* e à *concinntas* a *uis* e a *uehementia*.

<sup>34</sup> «Quemadmodum ergo in arboribus uetera folia decidunt noua oriuntur, sic in usu loquendi antiqua uerba abolentur, multa existunt noua et recentia, et aetatibus fere singulis sermo commutatur» (*De eloquentia*, 379).

<sup>35</sup> «Ad res ignotas significandas licet noua uerba facere, non tamen inopia et ignoratione Latinorum uerborum» (*De eloquentia*, 382).

<sup>36</sup> Vd. *De eloquentia*, 380.

<sup>37</sup> Vd. *De eloquentia*, 579-583.